

DEMOLIÇÃO PATRIMONIAL EM GEOGRAFIA E OS CONCEITOS DE TRAÇO, MARCA E MARCAÇÃO EM VINCENT VESCHAMBRE¹

GÉOGRAPHIE, DÉMOLITION PATRIMONIAL ET LES CONCEPTS DE TRACE, MARQUE ET MARQUAGE PAR VINCENT VESCHAMBRE

HERITAGE DEMOLITION IN GEOGRAPHY AND VINCENT VESCHAMBRE'S CONCEPTS OF TRACE, MARK AND MARKING

71

RESUMO

As questões envolvendo o patrimônio cultural material urbano ainda são poucas difundidas no âmbito das pesquisas geográficas no Brasil e merece maior incentivo. Quando se trata de colocar em pauta o processo inverso da patrimonialização, ou seja, a demolição, o quadro se agrava sensivelmente merecendo um levantamento profundo das pesquisas sobre a temática. Por isso a intenção deste texto é a de contribuir conceitualmente com a geografia brasileira trazendo para discussão o pensamento do geógrafo francês Vincent Veschambre sobre demolição patrimonial e os conceitos de traço, marca e marcação na epistemologia da geografia.

Palavras-chave: Demolição, traço, marca, marcação, Vincent Veschambre

ABSTRACT

The issues concerning tangible cultural urban heritage are still few disseminated within the geographical research in Brazil and deserves further encouragement. When it comes to putting on the agenda the heritage demolition, the condition worsens significantly deserving a thorough survey of research on the topic. So the intention of this paper is to contribute conceptually to brazilian geography bringing to the discussion Vincent Veschambre's demolition, trace, mark and marking concepts on the epistemology of geography.

Key-words: Demolition, trace, mark, marking, Vincent Veschambre

RÉSUMÉ

Les questions concernant le patrimoine culturel urbain sont encore peu diffusées au sein du recherche géographique au Brésil et mérite des encouragements supplémentaires. Quand il se agit de mettre sur l'ordre du jour son processus inverse, ce est à dire la démolition, la situation s'aggrave de manière significative qui mérite recherche approfondie sur le sujet. L'intention de cet article est de contribuer à la géographie brésilienne apportant à la discussion la pensée du géographe français Vincent Veschambre sur les concepts du démolition, trace, marque e marquage dans l'épistémologie de la géographie.

Mots-clés: Démolition, trace, marque, marquage, Vincent Veschambre

Helania Martins de Souza

Mestranda em Geografia pela
Universidade Federal do Ceará
helania_martins@zipmail.com.br

Raimundo Freitas Aragão

Pós-doutorando em Geografia pela
Universidade Federal do Ceará
ararageo2007@yahoo.com.br

¹ Vincent Veschambre é mestre de conferência de geografia da Universidade de Angers, membro do laboratório Carta (Umr Eso), suas pesquisas versam sobre as formas de apropriação simbólica do espaço urbano e da legitimação dos grupos sociais, através, notadamente, dos processos de patrimonialização, visualização, os eventos festivos e comemorativos. Fonte: <http://www.espacestemp.net/auteurs/vincent-veschambre/>.

INTRODUÇÃO

O avanço do patrimônio, em geral, como objeto de estudo no campo e domínio da ciência geográfica é considerado recente e ocorre de forma paulatina, porém, está se tornando cada vez mais assunto de interesse acadêmico e comum nos círculos de produção científica dos pesquisadores geógrafos. Em interessante estudo, Vincent Veschambre (2007/4) realiza levantamento do mundo acadêmico como teses, artigos, livros, seminários em geografia e áreas de conhecimentos pluridisciplinares etc., e mostra como a geografia entra de forma pioneira e depois torna-se defasada em relação às outras ciências sociais sobre a questão patrimonial principalmente no que se refere à sua conceituação. Veschambre chega à conclusão de que a Geografia, entre as outras disciplinas das ciências sociais como a História, o Urbanismo, a Etnologia e a Sociologia, por exemplo, foi a ciência que menos precocemente investiu nas abordagens sobre patrimônio. O patrimônio, considerado por ele objeto transversal por excelência nas ciências sociais e transdisciplinar no geral, é um dos campos menos visíveis dentro das teorias geográficas. A Geografia, neste caso, estaria passando por um “preparo patrimonial”.

Nesta pesquisa, o geógrafo identifica os três principais eixos de abordagens no tratamento do patrimônio: o primeiro situa a Geografia preocupando-se com o ordenamento e desenvolvimento dos territórios, principalmente na escala urbana do patrimônio construído, sua reabilitação e seu direcionamento para o desenvolvimento local levado a cabo principalmente pela atividade turística. O segundo trata do patrimônio em termos paisagísticos, das representações e do ambiente. Tais abordagens são estudadas pela geografia social e pela geografia urbana. O terceiro e último eixo aborda a questão da identidade, revelando a atuação dos atores sociais e os conflitos engendrados por eles em torno da questão patrimonial. O que se pode verificar através dessa pesquisa é que, na França, os estudos patrimoniais pela geografia estão direcionados ao patrimônio cultural material através da valorização, apropriação e transformação dos espaços patrimonializados.

No Brasil, a questão patrimonial em geografia e as diversas problemáticas que a envolvem requer mais espaço nas pesquisas acadêmicas. Por exemplo, tomemos uma das mais recentes publicações de livro especializado em tratar geografia e patrimônio. O livro em questão intitula-se: “Geografia, turismo e patrimônio cultural”, organizado por Maria Tereza Duarte Paes e Melissa Ramos da Silva Oliveira e publicado em 2010. O livro é composto de oito capítulos e traz em sete deles temáticas do patrimônio cultural construído e apenas um se dedica à discussão patrimônio ambiental. Todo esse levantamento nos mostra que, tanto a demolição patrimonial quanto o patrimônio imaterial são ainda muito precários em pesquisas de cunho geográfico. Cíntia Nigro (2010, p. 75), neste mesmo livro, com o artigo intitulado “As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia” ratifica essa tendência esclarecendo que a análise patrimonial na geografia brasileira tem centralizado suas pesquisas procurando “[...] desvendar conflitos entre os diferentes agentes produtores do espaço, sobretudo nos estudos da Geografia do Turismo e Urbana. Dentro desses dois subcampos a questão da revitalização de áreas centrais constitui o principal foco de análise do patrimônio”.

É observando essa problemática na geografia brasileira que trazemos a ideia de demolição patrimonial e dos conceitos os quais estão associados no sentido de contribuir com o avanço de pesquisas voltadas para tão ausente temática. Veschambre (2008) diz que a demolição é o reverso das duas faces da moeda patrimonial e a coloca no mesmo grau de importância acadêmica. Essa é a principal razão para a produção desse artigo.

A obra central aqui proposta intitula-se: “*Traces et mémoires urbaines: enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la demolition*”², publicado no ano de 2008 e na qual Veschambre busca formular reflexões sobre patrimonialização, demolição e produção de memória ou comemoração.

Além dessa introdução, o próximo item abre o debate com os conceitos de traço, marca e marcação para sua aplicação em geografia. No seguinte, fecha-se o debate, sem, no entanto, encerrá-lo, com o entendimento de demolição, sua aplicação e consequências. Nas considerações finais, faz-se pequena reflexão sobre a temática.

ABRINDO O DEBATE: OS CONCEITOS DE TRAÇO, MARCA E MARCAÇÃO EM GEOGRAFIA.

O traço é um vestígio do passado. Ele remete ao contexto histórico social, é um vestígio espacial material ou imaterial. O traço é passado à espera de um investimento. Neste sentido, se não se investe no traço, ele pode ficar anônimo como é no caso, por exemplo, de uma construção abandonada, ou de um saber-fazer específico não reconhecido. O traço está ligado ao contexto patrimonial no sentido de que é preciso que ele seja reativado, investido, social ou institucionalmente.

Em sua essência o traço é neutro, é um “dado” a ser reconhecido em sua materialidade ou imaterialidade. Não se trata ainda de uma assinatura espacial e, para isso, faz-se necessário que ele sofra um investimento como destacamos anteriormente. O traço, como qualquer objeto ou ação tem seu lugar no espaço, porém ainda não exerce força material ou simbólica. Isso só será possível quando os atores sociais, políticos ou econômicos os perceberem como passíveis de manipulação no sentido de tirarem o proveito almejado. Delineada a apresentação do traço, passamos a descrever sua relação com a marca e a marcação a partir do Quadro 1, e o qual registra de forma simplificada as diferenças entre traço e marca no contexto da marcação espacial.

Quadro 1: Diferenças e relações entre traço e marca

	TRAÇO	MARCA
Temporalidade	Encarna o passado	Faz referência ao presente
Intencionalidade	Não intencional	Intencional
Significado	Anônimo. Remete a uma atividade, a um evento	Remete a um ator
Sinônimos	Impressão, vestígio, índice	Assinatura
Ações possíveis	Identificação, reinvestimento, valorização/desaparecimento	Manutenção/degradação, destruição

Fonte: Original de Veschambre (2008)

Observando o quadro antecedente, a marca, em oposição ao traço, refere-se ao presente, ao momento atual. Quando se investe no traço alguém está trazendo-o para o presente como marca com o objetivo de estabilizá-lo e torná-lo “visível” tanto no tempo quanto no espaço. A marca é a ação dos diferentes atores sociais sejam pessoas ou instituições cuja intenção é a de serem reconhecidas por meio de suas assinaturas. É por isso que a marca está relacionada diretamente ao poder, e, além disso, a marca torna esse poder evidente. E mais importante, para Veschambre (2008), a marca como assinatura representa determinado ator em sua ausência.

Quando se fala de patrimonialização envolvendo estas categorias elas funcionam da seguinte forma seguindo o pensamento do autor: temos, então, o traço a “espera” de

² “Traços e memórias urbanas: questões sociais da patrimonialização e da demolição”

reconhecimento e de investimento. Quando o traço é reconhecido e investido, paulatinamente ele tem a possibilidade de se transformar em marca, quando esta marca se consolida no espaço, cria-se uma assinatura. Com esta assinatura consolidada, a marca passa à condição de marcação espacial. Realizando um trajeto oposto, a marcação é caracterizada pela produção de marca que é o investimento no traço. Por isso, marcação é a ação intencional do investimento em traço pelos diferentes atores sociais. Reinvestido, o traço pode se transformar em marca e se consolidar por período indeterminado em marcação. Traço e marca são, dessa forma, os pivôs responsáveis pelo sentido de marcação. A marcação se solidifica a partir deles.

Gostaríamos de se fazer aqui uma pequena reflexão que poderá ser esclarecedora no sentido de ampliação de entendimento sobre a sequência hierárquica destes conceitos. Os critérios apresentados informando a sequência: o traço que é investido se transforma em marca e, com sua consolidação se transforma em marcação ou assinatura espacial, não é uma via unidirecional em nosso entendimento, ou seja, um determinado patrimônio ou herança urbana já pode nascer como marca, se consolidar como marcação, entrar em decadência e se transformar em traço. Resta-nos, agora, apresentar o sentido da demolição e suas consequências.

ENCERRANDO, MAS SEM FINALIZAR O DEBATE: PATRIMONIALIZAÇÃO E DEMOLIÇÃO DA HERANÇA URBANA

A demolição tem seu apanhado histórico e tem seu lugar de ação, faremos um pequeno resumo do percurso elaborado pelo autor. Contudo, antecipamos o que Veschambre (2008, p. 91, tradução nossa), fala sobre as relações entre patrimonialização e demolição. Ele relaciona patrimonialização e demolição pondo em evidência suas importâncias no contexto da abordagem geográfica. Neste sentido, ele afirma: “O que não é patrimonializado, o que é deixado ao abandono ou demolido, é também muito revelador, senão mais, dos valores da sociedade”. A partir desta afirmação, o geógrafo põe em grau de igualdade os estudos patrimoniais na forma de patrimonialização e seu oposto, a demolição,

Ele propõe colocar em debate a relação dialética existente entre patrimonialização/conservação e demolição/supressão. Recuperando reflexões de seus trabalhos anteriores e buscando auxílio em outros geógrafos como Maria Gravar-Barbas, por exemplo, ele define: “[...] patrimonializar, é recusar uma demolição. Vimos que é através da demolição e dos conflitos em torno da ameaça da demolição que se constrói e se amplia progressivamente a noção de patrimônio”³ (VESCHAMBRE, 2008, p. 91, tradução nossa).

Retornando à evolução no tempo e no espaço da demolição patrimonial, o processo tem seus antecedentes e está situado em tempo preciso da história, exatamente a partir da noção de “patrimônio histórico” no curso da Revolução Francesa. Foi nesse período que surgiu o neologismo “vandalismo” com a figura do abade Gregoire, este preocupado com a violência praticada pelos que ele denominou de “vândalos” sobre os bens da igreja Católica, cujos atos sistemáticos de destruição dos bens religiosos e da monarquia se tornaram banais e frequentes.

No decorrer do processo histórico, no começo do século XIX, quando da venda dos Bens Nacionais e a demolição também sistemática de prédios franceses importantes, entra em cena o notável escritor, ainda jovem, Victor Hugo. Inconformado com a situação incontrolável escreve dois manifestos propondo uma “Guerra contra os Demolidores”. Tais manifestos se tornaram célebres e tinham como objetivo denunciar a demolição dos bens patrimoniais

³ Texto original: “Nous avons vu que c’est à travers des démolitions et des conflits autour de menaces de démolition que se construit et s’élargit progressivement la notion de patrimoine”. (VESCHAMBRE, 2008, p. 91).

franceses. Victor Hugo exerceu influência direta, mesmo sendo considerada tardia, nas primeiras leis de proteção ao patrimônio.

O processo de patrimonialização institucional foi forte e decisivo tanto que o modelo francês se espalhou pelo mundo, sugerindo que as instituições, principalmente a UNESCO o adotasse.

No que concerne aos projetos de renovação urbana, a partir dos anos de 1960 na França, ocorreu o que se denominou de “máquina de fabricar patrimônio”. Muitos destes projetos promoveram o avanço da ideia de um patrimônio mais amplo no tecido urbano, o que propiciou o aparecimento de leis específicas para os setores de proteção patrimonial como, por exemplo, a lei Malraux, relata Veschambre (2008). Considerando as reflexões sobre a dialética envolvida, ele comenta:

A referência aos setores salvaguardados nos conduz em considerar esta dialética patrimonialização/demolição não somente na dimensão temporal, sob forma de ação/reação, mas igualmente na dimensão espacial. Como temos destacado, valorizar um espaço, patrimonializando-o, é, por conseguinte, desvalorizar o espaço vizinho. [...] Patrimonializar pode ser, portanto, tornar demolições paradoxalmente mais frágeis, além do mais, um pouco mais distante⁴. (VESCHAMBRE, 2008, p. 92, tradução nossa).

Veschambre (2008) passa da mesma forma, a falar de demolição como ato de negação simbólica. Ele agrupa em seu livro diversos autores para apresentar e justificar os fundamentos e a gênese desse processo. Assim, poder-se-ia considerar a demolição como um processo “banal”, mesmo no sentido de “natural”, inerente a toda sociedade construtora, o que pressupõe que a demolição pertença a um ciclo universal de criação e destruição.

No concernente às questões urbanas a expressão “renovação urbana” se refere às práticas usuais das políticas inerentes às quais estão focadas na dinâmica espacial. Poder-se-ia pensar que esta renovação urbana teria um caráter intemporal, pois obedeceria à cidade, não importando qual, quando ou onde. O que importaria seria a dinâmica exercida pelos atores sobre o urbano.

Trás também a discussão sobre destruição e reconstrução e sua condição correspondente aos materiais de construção e sua durabilidade. Por exemplo, o material empregado incidindo na dinâmica temporal, daí a especificidade de degradação no tempo do construído. Madeira, pedra, cimento, areia sofrem processos de degradação diferentes. As causas da degradação também são ocasionadas por catástrofes naturais e não naturais, como a poluição etc.

Mas ele considera que o essencial das demolições advém das escolhas conduzidas pelas autoridades e pelos proprietários dos bens. É o que se denominou de “destruição construtiva”, ou melhor, que as grandes faces da demolição/construção são procedimentos engendrados na lógica econômica. Segundo ele, este procedimento tem seus remanescentes na cidade medieval, dos séculos XVII e XVIII, e evolui com a ascensão do capitalismo e a revolução industrial, cujo exemplo cabal, nestes termos, tem-se o exemplo da renovação urbana de Paris impetrada por Haussmann. Consequentemente, a renovação dos espaços em decadência econômica e social bem localizados, em áreas pericentrais quanto em bairros das cidades contemporâneas pós-industrial e do capitalismo financeiro na era da globalização.

Aqui é importante remeter integralmente o pensamento do geógrafo sobre demolição/reconstrução, pois ela serve de guia e de ponto de apoio quando se trabalha na geografia a discussão sobre o processo de especulação imobiliária e fundiária na cidade.

⁴ Texto original: La référence aux secteurs sauvegardés nous conduit à envisager cette dialectique patrimonialisation/démolition non seulement dans la dimension temporelle, sous forme de action/réaction, mais également dans la dimension spatiale. [...] Patrimonialiser peut donc rendre les démolitions paradoxalement plus faciles, ailleurs, un peu plus loin. (VESCHAMBRE, 2008, p. 92).

A demolição/reconstrução é igualmente uma operação econômica em si, que suscita uma atividade importante (demolir, depois construir) em um setor estratégico pelo número de empregos que ele representa (o construído). É uma ação que procura criar as condições de uma revalorização fundiária e imobiliária⁵. (VESCHAMBRE, 2008, p. 93, tradução nossa)

Para exemplificar essa demolição/reconstrução imbuída da questão econômica, ele apresenta o caso da caserna de Desjardins, em Angers, na França. Esta caserna foi demolida e o argumento oficial da prefeitura local para tal demolição foi a de que os cofres públicos não tinham condições ou recursos financeiros para assumir uma reforma e sua reutilização. Nestes termos, compreende-se, como Veschambre (2008), que a demolição se apresentou mais rentável do que a restauração.

Além do plano material Veschambre (2008) faz uma leitura no plano do simbólico, o que nos proporciona uma visão mais completa da demolição. Ele faz um apanhado sobre o quadro que considera mais evidentemente violento: a guerra. Isso para se referir ao termo destruição ao invés de demolição. Este quadro do simbólico é de importância fundamental na geografia, pois sem ele, o contexto patrimonial sem seu arcabouço simbólico ficaria vazio, faltando detalhes importantes. Além do mais, para ele, qualquer que seja o termo empregado - destruição ou demolição - estes representam alvos privilegiados.

Ele parte da premissa de que qualquer violência tem sua vertente simbólica, mesmo onde a violência é física, no caso da guerra, e que as demolições/destruições provocadas pelas guerras tem o lado ideológico simbólico e não deve ser negligenciado. As formas de violência, das mais simples às mais extremas estão propícias em atacar a memória de grupos rivais, de se atingir o fundamento de suas identidades, seja dentro ou fora de um país ou nação.

Veschambre (2008) faz menção, neste sentido, a elementos patrimonializados, signos mediatizados globalmente cuja simbologia ocorre de forma ideológica político/financeira como as torres gêmeas do World Trade Center, marca arquitetural contemporânea e a signos de simbologias ideológico/religiosas como os budas de Bamiân, no Afeganistão. O caso dos budas, igualmente ao das torres gêmeas, é intrigante: patrimônio cultural de grande importância para o budismo foi demolido pelo regime Talibã na forma do ele chama de iconoclasmo radical e cuja destruição foi simbolicamente transmitida pela rede de televisão Al Jazira. Veschambre (2008) define a mediatização da demolição como uma vontade de afirmar uma soberania negada pela comunidade internacional.

A comoção gerada pela demolição dos Budas sofreu influência da UNESCO quando se promoveu uma petição para a salvaguarda desses bens culturais. A comoção ou emoção atingiu seus objetivos e isso fez com que:

⁵ Texto original: La démolition/reconstruction est également une opération économique en soi, qui suscite une activité importante (demolir, puis reconstruire), dans un secteur stratégique par le nombre d'emplois qu'il représente (le bâtiment). C'est un acte qui cherche à créer les conditions d'une revalorisation foncière et immobilière. (VESCHAMBRE, 2008, p. 93).

Mesmo se os budas não tivessem sido formalmente classificados como patrimônio mundial, eles foram percebidos como tal no mundo inteiro. Destruindo os budas, o regime Talibã queria destruir simbolicamente a própria ideia de patrimônio mundial⁶. (VESCHAMBRE, 2008, p. 100, tradução nossa).

A demolição de característica simbólica acontece mais banalmente a partir da afirmação de um poder, ou mais ainda, das mudanças de um poder para outro. Ele argumenta que a demolição é parte intrínseca da violência executada nas populações especialmente no concernente aos conflitos e ocupação pela força.

O apanhado teórico, os diálogos exercidos com outros pesquisadores e os exemplos trazidos para a discussão na área patrimonial e ainda mais com os exemplos levantados, fizeram com que Veschambre (2008) tomasse um rumo e concluísse sobre o que entende por demolição. Mas ele não chega a uma definição conceitual, porém lança a seguinte hipótese: a de “[...] que há em toda ação de demolição uma lógica de tornar invisível, de desvalorização, de expropriação simbólica, mesmo da negação da população, das instituições habitando os edifícios e os espaços concernentes.”⁷ (VESCHAMBRE, 2008, p 116, tradução nossa).

Neste contexto, ele define que toda forma de demolição representa uma destruição. Nos estudos impetrados por ele sobre a demolição de grandes conjuntos habitacionais franceses, ele propõe chamar estas demolições de “banais”, por atender não estarem investidas de uma violência explícita.

Considera que qualquer forma de demolição não é neutra. Aliás, para ele, para se compreender estes processos de demolição, faz-se necessário se referir aos sentidos que os atores tomadores de decisão atribuem às heranças urbanas. Mas, ao mesmo tempo, é preciso compreender sobre o ponto de vista dos habitantes sobre o seu vivido a respeito da demolição.

Ele critica esta postura de demolição ao dizer que elas estão sendo pensadas e executadas como solução última dos problemas sociais, agora classificada em outra ordem. Para ele, são demolições banalizadas, elas ocorrem de forma tecnocrática e cuja característica associada é a violência banalizada, entendida como violência simbólica ocultada. Segundo ele, isto leva a produzir seu lote de desvalorização, desenraizamento e mesmo causando transtorno em cada operação.

A demolição, neste caso, está seguindo orientação puramente econômica, e ainda mais, sem que os habitantes estejam comprometidos e engajados nas decisões. Esse processo está ocorrendo desde há muito tempo e assiste-se à sua repetição. Considera desta forma a demolição uma forma de reprodução da “expropriação simbólica”, do “apagamento dos traços” e da “negação da memória” das categorias populares. Ele percebe as enormes dificuldades das categorias populares em se apropriar definitivamente de seu habitat, e mais significativa ainda, de seu espaço, de transformá-lo em marca de forma valorizante e de se inscrever em seu tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo geográfico do patrimônio, o pensamento de Veschambre é de importante relevância, já que abarca o conjunto patrimonialização e demolição, esta última com suas consequências materiais e simbólicas. Se no Brasil a demolição da herança urbana é um

⁶ Texto original: Même si le boudhas n’avaient peut être formellement classes au patrimoine mondial, ils ont été perçus comme tels dans le monde entier. En détruisant les boudhas, le régime taliban voulait symboliquement détruire l’idée même de patrimoine de l’humanité. (VESCHAMBRE, 2008, p. 100).

⁷ Texto original: “[...] qu’il y a dans tout acte de demolition une logique d’invisibilisation, de dévalorisation, d’expropriation symbolique, voire de négation des populations, des institutions les édifices et les espaces concernés. (VESCHAMBRE, 2008, p. 116).

objeto de pesquisa ainda ausente, a obra do autor pode ser destacada como referência conceitual e metodológica, possibilitando aos pesquisadores geógrafos brasileiros investirem sobre o assunto. Seu pensamento não pode ser pensado somente em referência ao patrimônio institucional concreto e urbano, mas também sobre as heranças patrimoniais em geral, materiais e imateriais, apresentando as complexidades inerentes a cada um, afinal patrimonialização e demolição não são objetos em si, são processos sociais produtores de espacialidades, territorialidades e carregam consigo todas as formas ideológicas possíveis, políticas, econômicas, culturais, religiosas, e assim por diante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NIGRO, Cíntia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

VESCHAMBRE, Vincent. Patrimoine: Un objet révélateur des évolutions de la géographie et de sa place dans les sciences sociales. In: **Annales de géographie**, 2007/4, n° 656, p. 361-381. Disponível em: <http://www.cairn.info/img/tools_ico_pdf.png>. Acesso em: 14 jan. 2012.

VESCHAMBRE, Vincent. **Traces et mémoires urbaines: Enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition**. France: Press Universitaire de Rennes, 2008.